

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Paola Barbosa Siqueira¹; Angela Barbosa Oliveira²; Rangel Jânio Batista e Silva³; Flávio Alves da Silva⁴; Wilma Magaldi Henriques⁵

1. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: pa_fav@hotmail.com
2. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: angela_oliver23@hotmail.com
3. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: rangel_jbs@hotmail.com
4. Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: flaviosilva@umc.br
5. Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: wilmah@umc.br

Área de Conhecimento: **Psicologia**

Palavras-Chave: Violência Doméstica; Direitos Humanos; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é de fato a emersão de uma possibilidade jurídica para resguardar os direitos da mulher. Há um estigma que a mulher carregou ao longo da história, sendo este de uma pessoa com potencialidades reduzidas frente à figura masculina, o que é um fator determinante quando se trata da questão da violência contra a mulher (CARNEIRO e FRAGA, 2012). A violência contra as mulheres frequentemente é cometida por pessoas de grande vínculo afetivo, como o parceiro ou alguém do círculo familiar com causas e consequências que dependem dos fatores e contextos que podem influenciar e concretizar os atos de agressividade (MELO, 2011). O contexto social na prática clínica aponta para alterações na concepção do sujeito e por consequência, novas interpretações da literatura psicoterápica. Assim, a nova concepção da clínica psicológica vai de encontro à articulação concisa entre a clínica e o social. Então, o fazer clínico inclui a análise de contexto social (DUTRA, 2004). Sendo a violência doméstica, um problema que permeia toda a sociedade em suas diversas esferas, é dever desta se envolver no combate a todo tipo de violência. Neste sentido, o presente estudo pode ser uma forma de auxiliar na redução do número de pessoas que sofrem violência diariamente em suas casas, por suas próprias famílias e que se possa, a partir dele, contribuir para uma sociedade melhor.

OBJETIVO GERAL

Identificar e discutir sobre o papel, as principais práticas, bem como as formas de atuação do psicólogo no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir as possibilidades de atuação do psicólogo no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica no Alto Tietê.
- Verificar como se dá o apoio e/ou orientação psicossocial às mulheres em situação de violência doméstica a partir do relato verbal dos psicólogos.
- Identificar estratégias de intervenções realizadas no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica no Alto Tietê.
- Identificar as principais causas da violência e da perpetuação do silêncio das mulheres.

METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva, baseada na metodologia da História Oral Temática, conforme o proposto por Meihy (1991) e ainda, numa perspectiva fenomenológica existencial, conforme propõe Henriques (2005, p. 29). Foram considerados fatores ambientais, autorização para o uso, arquivamento e não obstante, a publicação de resultados que devem, primordialmente, voltar ao grupo gerador das entrevistas (MEIHY e HOLANDA, 2007). Participaram 10 (dez) psicólogos que atuam em equipamentos ou serviços públicos, ou conveniados, que prestam atendimento às mulheres em situação de violência doméstica na região do Alto Tietê. Foram tomados como critérios de inclusão atuar no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica há pelo menos um ano, bem como ocupar a função de psicólogo ou coordenador de serviço e estar voluntariamente de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como critério de exclusão foi considerada a indisposição do voluntário que tenha apresentado qualquer sensação de desconforto durante a entrevista que demandasse atendimento individual externo e que impossibilitasse o retorno. Nesse caso, o participante seria encaminhado a atendimento na rede pública disponível. De posse da autorização do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP (nº 2.292.350) e definidos os sujeitos. A coleta de dados foi feita por meio de entrevista aberta, utilizando como pergunta disparadora: *“Pode nos contar sobre sua experiência no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica?”*. Para garantir a qualidade das entrevistas e do material final, foi realizado teste piloto semelhante buscando ajustes ou correções que se façam necessários. As gravações, depois de transcritas, foram guardadas em sigilo pelos pesquisadores e serão destruídas após cinco anos da publicação do trabalho, conforme indicado pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). As entrevistas foram transcritas e em seguida foi realizada cartografia por entre todos os depoimentos para conhecer onde neles a questão inquietadora se impõe. A partir disto, relatos foram escolhidos seguindo um critério de exemplaridade: narrativa de depoimentos reveladores do mérito da questão. Foram entrelaçados recortes de falas desses depoimentos com reflexões dos pesquisadores, como tentativa de encontrar sentido e refletir acerca de nossas questões para desvelar uma possível compreensão da atuação dos psicólogos que atuam no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica no Alto Tietê.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os profissionais de psicologia entrevistados, atuantes em serviços de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica na região do Alto Tietê explicitaram que tal fenômeno se faz presente e é naturalizado em diversos contextos. Ainda que a mulher sofra com mais frequência violências dentro de seu espaço privado, o mesmo se reflete em demais âmbitos da vida dessas mulheres. Através das narrativas percebe-se que não há de fato apenas uma resposta para o questionamento: Qual é a causa da violência doméstica contra as mulheres? O que existe de unânime, tanto nos discursos dos depoentes quanto nas literaturas expressas neste trabalho, é a questão da cultura arraigada ao patriarcado. Costa (2004) aponta que as relações construídas na sociedade entre homens e mulheres se dão como sujeitos bipolares envolvidos em uma relação de domínio e subjugação. Portanto, tais causas estão diretamente ligadas a este fenômeno cultural do patriarcado, que tem como sustentação a desigualdade de gênero, onde as relações se apresentam de uma forma em que o poder predomina e impera sob a relação do corpo e do feminino. Os possíveis motivos da perpetuação do silêncio recorrente dentro do ciclo de violência destacados pelos depoentes giram em torno da desigualdade social, relação de dependência financeira, falta de autonomia e a dependência emocional. Através das narrativas dos depoentes, foi possível notar possibilidades de atuação do profissional psicólogo frente às problemáticas que

envolvem a violência doméstica vivenciada pelas mulheres, com objetivo de que elas consigam sair desta condição rompendo com as amarras do patriarcado e cessando o silêncio, as quais consistem essencialmente no acolhimento e na escuta destas mulheres. Importa-se evidenciar os possíveis locais de atuação citados pelos profissionais, que configuram a rede de apoio e possibilitam a ação do psicólogo no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica tais como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Delegacias da Mulher, ONGs, Centros POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), Defensorias Públicas, Casas Abrigo, SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) e Secretarias Municipais e Estaduais. Verificou-se que as articulações em rede são essenciais para auxiliar nas possíveis soluções desta problemática da violência doméstica contra as mulheres. As narrativas apresentam que como estratégias são realizados atendimentos individuais ou em grupo, ocorrendo muitas vezes fora de um *setting* terapêutico. A maioria dos depoentes apontou a formação do profissional voltada para áreas clínicas como um fator que impossibilita instrumentos para lidar com o fenômeno da violência, sendo necessária a prática fora dos moldes de *setting terapêutico*, para que haja uma atuação mais efetiva. Foi observado outro contexto de atuação possível, fora dos equipamentos da assistência social como, por exemplo, na Fundação Casa. Outro aspecto observado é que os profissionais relatam que os equipamentos não são suficientes para o atendimento da demanda, principalmente devido à insuficiência de investimentos por parte do poder público. Encontram-se fatores relacionados aos obtidos por meio das narrativas no estudo realizado por D'Oliveira e Schraiber (2013) onde se afirma que apesar do avanço representado pelas iniciativas legislativas, de políticas públicas e de organização e distribuição social de serviços voltados especificamente à violência contra a mulher, muitas dificuldades ainda persistem no que diz respeito tanto à qualidade da assistência oferecida em cada serviço e a capacidade de bem responder à busca por ajuda por parte das mulheres em suas rotas para lidar com a violência que experimentam, quanto à articulação dos serviços entre si. Portanto, observou-se a existência de poucos trabalhos preventivos, pois se existem muitos casos que chegam até os serviços especializados, é porque o processo de prevenção não é efetivo. Se a prevenção não se realizar, não haverá serviços disponíveis suficientes. Essa prevenção deve ocorrer principalmente pelos setores de educação e pelos serviços de saúde e equipamentos da assistência social que estão em contato direto com o fenômeno da violência.

CONCLUSÕES

Foi possível identificar e discutir o papel, as principais práticas, bem como as formas de atuação do psicólogo no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, como objetivos propostos os autores desta pesquisa puderam verificar como ocorre o apoio e/ou orientação psicossocial, as estratégias de intervenções realizadas no atendimento e ainda as principais causas da violência e da perpetuação do silêncio das mulheres em situação de violência doméstica. Porém, durante as entrevistas realizadas e as análises das narrativas, alguns questionamentos se fizeram presentes, pois se buscou pesquisar sobre violência doméstica, mas também fora do ambiente doméstico como nas ruas, por parte do poder público, nas tentativas que essa mulher tem ao tentar denunciar os diversos tipos de violência que sofre, onde mais uma vez é violentada pela falta de informação, mau atendimento, falta de políticas públicas que possam resguardar seus direitos, observamos ainda que a violência doméstica pode ser considerada a matriz das demais violências, nos parece que ela seja o fio condutor para a perpetuação deste mau que aflige não apenas as mulheres mas toda humanidade. Os autores desta pesquisa refletiram sobre a necessidade de atuação multidisciplinar e específica nas políticas de enfrentamento à violência de cunho preventivo e articulado, igualmente na educação e cultura de maneira eficaz e humanizada.

Assim, sabendo-se que a violência está presente em diversos contextos e no cotidiano dos profissionais da área da saúde, cabem maiores estudos sobre tal fenômeno para que sua invisibilidade não permaneça, tomando como premissa este cuidar do outro que “implica um esforço ingente de superar a dominação dos sexos, desmontar o patriarcalismo e o machismo, por um lado, e o matriarcalismo e o feminismo excludente, por outro” (BOFF, 2017, p. 164).

REFERÊNCIAS

BOFF, L. **Saber Cuidar – Ética do humano – compaixão pela terra**. 20 ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2014.

CARNEIRO, A. A; FRAGA, C. K. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 369 – 397, 2012.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. In: A química das mulheres. Salvador: 08 mar. 2004.

D’OLIVEIRA, A. F. P. L., SCHRAIBER, L. B. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Rev Med**. v.92, n.2, p.134-140, 2013.

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estud. psicol.** v.9, n.2, p.381-387, 2004.

HENRIQUES, W. M. **Supervisão: Lugar mestiço para aprendizagem clínica**. São Paulo – Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, PSA – USP, 2005.

MEIHY, J. C. S. B.; **Canto de morte Kaiowá, história oral de vida**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, P. C. **A contextualização social, jurídica e a ineficácia parcial da lei Maria da Penha (nº 11.340/2006)**. 2011. 44 f. Monografia (Bacharel em Direito) - Universidade Presidente Antônio Carlos, Barbacena, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **RESOLUÇÃO Nº 466 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**. 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em 10 de janeiro de 2018, às 23h20.

AGRADECIMENTOS

Aos professores Flávio Alves da Silva e Dra. Wilma Magaldi Henriques, pela orientação e apoio. Aos colegas do Grupo de Pesquisa que contribuíram com ideias e discussões. Aos profissionais voluntários que participaram. Aos familiares e amigos pelo apoio e compreensão.